

A HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ

Por Teresinha Queiroz*

A Independência é o tema mais importante da historiografia piauiense e, a seu respeito, há centenas de registros. Três conjuntos principais de escritos sinalizam para a maneira como é pensado o evento na história e na memória: uma escrita instituinte, uma historiografia revisionista e uma historiografia moderna, que se pretende científica. A escrita instituinte, tributária da documentação arquivística, posiciona, organiza e estabelece os fatos. A historiografia revisionista redistribui as glórias. A historiografia científica dialoga com os procedimentos teóricos e metodológicos da área.

O primeiro conjunto evidencia as disputas da época e configura os interesses de cada espaço - o metropolitano, o do Rio de Janeiro, o da Bahia, o do Ceará, o do Piauí, o do Maranhão. No Piauí, realça as comunidades e as câmaras locais. Personagens principais e secundários são colocados no interior das disputas e, nos discursos, as tensões entre o oral e o escrito ainda são bastante visíveis. Contempla José Martins Pereira de Alencastre, com estudo publicado em 1857 na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro"; L. A. Vieira da Silva, com "História da Independência na Província do Maranhão", de 1972; Francisco Augusto Pereira da Costa, cujas pesquisas iniciadas nos anos 1880 resultam na "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" de 1909. Miguel Borges nos "Apontamentos biográficos", de 1879, não trata diretamente da Independência, porém, contribui para a distribuição das glórias. O mesmo procedimento de glorificação se encontra em Abdias Neves, no livro "A guerra de Fidié" (1907), que é preservado em seu núcleo e nos argumentos fundamentais, pelos historiadores subsequentes. Recorre à memória dos contemporâneos e aos arquivos locais e regionais, sendo mais consultados os de Oeiras (PI), Parnaíba (PI), Caxias (MA), São Luís (MA) e Fortaleza (CE). Trabalharam com essa documentação Alencastre, Vieira da Silva, Pereira da Costa, Tristão de Alencar Araripe (1885), Clodoaldo Freitas e Abdias Neves. Vieira da Silva incorpora a memória de participantes de relevo nos eventos da Independência no Maranhão.

O segundo conjunto é constituído pelas revisões centenárias. Os aniversários são tempos de celebração. Como ocorreu em todo o Brasil, no Piauí, produziram-se revisões historiográficas que circularam nas revistas da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, em livros patrocinados pelo governo do estado e em artigos que alimentaram polêmicas, a exemplo da desenvolvida entre Abdias Neves e Anísio Brito (1923a, 1923b, 1923c, 1923d). O realce é para Hermínio Conde, que se debruçou sobre o problema, abordando-o enquanto dimensão da história nacional e chamou a atenção para o fato de que tão importante evento ainda não havia merecido referência na historiografia brasileira. Hermínio Conde publica artigos em jornais cariocas, maranhenses e piauienses, organizados posteriormente na coletânea "Cochrane, falso libertador do Norte!", publicada em São Luís, em 1929, e em Crato (CE), em 1961, com o título "Independência no Nordeste". Seu interesse era o de sugerir a inclusão das lutas piauienses e maranhenses na historiografia e nos livros didáticos de circulação nacional. Esses autores, sintonizados com as revisões da historiografia brasileira, trazem para os seus textos a questão nacional, então colocada enquanto disputa Norte-Sul, face ao reordenamento da política, incorporando as disputas culturais e literárias. Na década de 1920, a intensificação dos movimentos regionalistas e as tensões advindas dos desdobramentos da Semana de Arte Moderna tiveram impacto sobre a historiografia. Foi o momento também da invenção do Nordeste. Hermínio Conde, ao utilizar epígrafes de várias origens sobre o Norte e seu povo, registra essas tensões, criando âncora emocional a partir da qual insere a Independência do Piauí e do Maranhão na História do Brasil.

A revisitação dos fatos e os choques de versões ocorrem em torno de quatro aspectos principais, definidos nas narrativas instituintes: a chegada do comandante das Armas João José da Cunha Fidié a Oeiras e seu deslocamento para Parnaíba em virtude da proclamação de 19 de outubro de 1822; a

tentativa de volta de Fidié a Oeiras, visando reprimir a adesão de 24 de janeiro de 1823; o encontro com as forças independentes em 13 de março de 1823 às margens do riacho Jenipapo; e, por fim, o seu direcionamento para o povoado Estanhado e para Caxias, epílogo da guerra. Nessa historiografia, aparecem novas versões em torno do papel dos personagens principais e secundários e acerca da importância das decisões tomadas, atribuindo-se outros significados à participação dos independentes piauienses, cearenses, maranhenses, baianos e pernambucanos na conquista e consolidação da Independência nacional. Os autores criticam os silêncios, as limitações e os equívocos dos livros de História do Brasil, relativamente ao tema. As perspectivas revisionistas exacerbam a ideia da história como processo, em tributo ao modelo cientificista vindo do século XIX, construindo-se narrativas fechadas, embora com sentidos conflitantes no conjunto. Na historiografia sobre a Independência do Brasil no Piauí verifica-se reposicionamento de heróis, de mártires, de vencedores e de vencidos. Radicaliza-se em torno da atuação de Fidié e do presidente da Junta Governativa de Oeiras, Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, que, ao tomar as rédeas do processo histórico, dirigindo a adesão à Independência, sob o comando do príncipe D. Pedro, favorece a luta pela conquista da unidade nacional. Esses personagens são cada vez mais realçados, enquanto outros passam a figurar como secundários, caso dos independentes de Parnaíba, João Cândido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva.

Na documentação oficial e na historiografia instituinte há efusão de nomes e de lugares, porém, ao avançar o século XX, a escrita concentra-se cada vez mais nos eventos de Oeiras e de Campo Maior. A Batalha do Jenipapo, seus desdobramentos e seus significados ganham centralidade, redefinindo-se os papéis das personagens e as interpretações acerca dos vencedores e dos vencidos. O evento, ao entrar na história com Vieira da Silva, aparece com pouco relevo. O autor considera perdedores Fidié, as forças piauienses, as cearenses e as pernambucanas e exponencia os eventos finais em Caxias. Na escrita revisionista, especialmente em artigos de Clodoaldo Freitas (1923a, 1923b, 1923c, 1923d, 1923e), é perceptível a mudança na avaliação do papel de Fidié nos sucessos da Independência. A inépcia, a covardia e a

demonização passam a ser salientados, deslocando-se aquelas nomeações anteriores de bravo guerreiro, de vencedor e de signo do terror. Clodoaldo Freitas apequena Fidié e reduz sua ação como estrategista, chefe, guerreiro e herói, conforme posto no século XIX, cuja escrita lhe confere ao mesmo tempo a condição de vencido e de vencedor. Fidié ocupa na história e na imaginação coletiva todas as posições de significado e aparece tão vencedor, que, mesmo na hora da derrota, a decisão é atribuída a ele, como ocorre no registro de seu abandono do projeto de retorno a Oeiras. No mesmo autor, Manoel de Sousa Martins é considerado um nulo, um meteoro maldito, identificado com tudo o que aconteceu de ruim no Piauí imperial. Observa-se a continuidade de uma tradição vinda de século anterior, que definia politicamente Sousa Martins como um nada sobre uma página negra, fórmula utilizada por Alencastre, quando inicia a tradição de desqualificar o já Visconde da Parnaíba, que persiste na historiografia revisionista e aponta para os sentidos políticos e para os ódios pessoais e familiares que grassavam na Província ao longo do século XIX.

O terceiro momento, o da historiografia moderna, agrega historiadores que buscam compreender o evento de maneira científica. Essa produção iniciada nos anos 1950, torna-se mais visível nas décadas de 1960 e 1970, em virtude das comemorações sesquicentenárias. Pertencem a esse conjunto as obras de Odilon Nunes, de Monsenhor Chaves, de Wilson de Andrade Brandão e de Bugyja Britto (1976). Nesse momento, aparece fortemente a relação entre a escrita e o estado. Odilon Nunes em "Pesquisas para a história do Piauí" (1975), de 1966, dialoga com Vieira da Silva, Pereira da Costa e Abdias Neves. Sua escrita sintética procura corrigir teses daqueles autores. "O Piauí nas lutas da independência do Brasil", de Monsenhor Chaves (1975), o mais divulgado do conjunto, com cinco edições até 2007, resulta de concurso de âmbito nacional promovido pelo governo do Piauí em 1972. Monsenhor Chaves retoma o texto instituinte de Abdias Neves, "A guerra do Fidié" (1907), entretanto, confere maior importância aos eventos de Parnaíba e de Campo Maior, com realce para os últimos. Ao contrário de Abdias Neves, cujo enfoque é regional e amplo, Monsenhor Chaves reduz os recortes espacial e temático, porém, expande os efeitos da Batalha do Jenipapo para a

dimensão nacional, apontando-lhe novos significados. Encontra-se no autor o recorte privilegiado na historiografia atual sobre o processo de Independência no Piauí - a caracterização popular da batalha. Os aspectos revisionistas vistos em Hermínio Conde, ressignificando os fatos e as personagens, vão ser agora exacerbados. "História da Independência no Piauí", de Wilson de Andrade Brandão ([s.d.]), considera o contexto das ideias, a difusão e a popularização do liberalismo. Na historiografia moderna, o centro da discussão não é mais o embate Sousa Martins e Fidié, como na geração do centenário, e sim a batalha vista enquanto evento político, popular e responsável pela unidade nacional. O 13 de março surge como data prenhe de novos e múltiplos significados. A participação popular torna-se objeto de investigação e, enquanto o povo saía da cena política real, era buscado na história e realçado na historiografia. As preocupações com o social e com o popular conferem historicidade à experiência das pessoas comuns, aos anônimos da história. A mediação do estado toma a forma de patrocínio direto ou indireto das obras e das comemorações. O estado procura se tornar senhor do passado e interfere na memória. A temática da Independência atravessa fortemente as subjetividades dos piauienses, o que pode ser visto na literatura. Renato Castelo Branco, em "Rio da liberdade", de 1982, transforma em romance a saga dos independentes e de Fidié; Expedito Rego, com "Né de Sousa", de 1981, cuja segunda edição recebe o título "Vaqueiro e visconde" (1986), poetiza a vida de Sousa Martins. A imaginação dos piauienses transforma a Batalha do Jenipapo em contos, romances, poemas, peças teatrais. Centenas de artigos alimentam jornais e revistas e essa grande produção escrita sinaliza para as disputas políticas centenárias nos âmbitos estadual e municipal. Impossível compreender a historiografia da Independência no Piauí sem ter em conta essas disputas por espaços simbólicos.

De combate e confronto de forças adversas em que os independentes são dispersos e desbaratados, para as interpretações atuais em que a dimensão epopéica do evento é reiterada e difundida em vários suportes - estatuária, monumento, memorial, museu, teatro, festas escolares, concursos de monografias, visitas monitoradas, festividades oficiais do município e do estado, concessão de medalhas, diplomas e outras honrarias, romarias e promessas, artigos científicos, dissertações, teses, textos literários,

poesias, fôlderes, livros paradidáticos, solenidades no Congresso Nacional, eventos diversos de sensibilização para a importância daqueles sucessos para a história do Brasil e de sua unidade histórica, geográfica e política -, o evento maior da Independência no Piauí é cada vez mais festejado.

Combate, batalha, guerra, luta, epopeia: as nomeações que marcam os diferentes momentos da interpretação dos episódios da Independência do Brasil ocorridos nos arredores de Campo Maior remetem aos ganhos em densidade histórica, política e simbólica de que vem se revestindo o evento desde o seu acontecer e desde a primeira narrativa sobre ele - a de uma autoridade da vila de Campo Maior dirigida à Junta Governativa de Oeiras ●

Referências

- ALENCASTRE, J. M. P. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 20, 1857.
- ARARIPE, T. A.. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 70, 1885.
- BRANDÃO, W. B. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, [s.d.].
- BRITO, A. O Dr. Abdias Neves é mero colaborador. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 681, 9 ago. 1923a.
- BRITO, A. O Dr. Abdias Neves compilou Viera da Silva. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 683, 16 ago. 1923b.
- BRITO, A. Abdias Neves incorrigível compilador de Vieira da Silva. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 686, 23 ago. 1923c.
- BRITO, A. Abdias Neves correndo com a sela. *O Piauí*, Teresina, 30 ago. 1923d.
- BRITTO, B. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1976.
- CASTELO BRANCO, M. S. B. L. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879.
- CASTELO BRANCO, R. *Rio da liberdade*. Rio de Janeiro: L. R Editores, 1982.
- CHAVES, J. (Pe.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.
- CONDE, H. B.. *Cochrane, falso libertador do Norte!* Ensaio históricos sobre a independência no Piauí e no Maranhão. São Luís: Teixeira, 1929.
- CONDE, H. B. *Independência no Nordeste*. Crato (CE): [s.n.], 1961.
- COSTA, F. A. P. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Recife: [s.n.], 1909.

FREITAS, C. Leonardo da Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, como poeta e como inventor. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, a. 6, p. 25-34, 24 jan. 1923a.

FREITAS, C. O Fidié. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, a. 6, p. 135-146, 24 jan. 1923b.

FREITAS, C. O combate do Jenipapo. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, a. 6, p. 107, 24 jan. 1923c.

FREITAS, C. O nosso mártir: Antônio Maria Caú. *O Piauí*, Teresina, a. 34, n. 639, 11 fev. 1923d.

FREITAS, C. O nosso mártir: Antônio Maria Caú. *O Piauí*, Teresina, ano 34, n. 640, p. 1-2, 17 fev. 1923e.

NEVES, A. *A guerra do Fidié*. Teresina: [s.n.], 1907.

NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Teresina: Artenova, 1975. v. 2.

RÊGO, J. E. *Né de Sousa: biografia romanceada do Visconde da Parnaíba*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1981.

RÊGO, J. E. *Vaqueiro e visconde*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

SILVA, L. A. V. *História da independência da província do Maranhão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972.

***Doutora em História Social/USP. Professora do Departamento de Geografia e História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil/UFPI.**

TRANSPORTE SOBRE TRILHOS: ferrovia no Piauí na Primeira República

Por Lêda Rodrigues Vieira*

O período compreendido entre 1889 e 1930 marcou a fase de expansão das ferrovias no território brasileiro. O recorte temporal de 1897 a 1914 é bastante emblemático, pois foram construídos 12.386 km de ferrovias no Brasil, atingindo depois um total de 26.062 km, presentes principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas ferrovias foram implantadas através de investimentos estrangeiros, principalmente de empresários ingleses que procuravam maiores lucros com o transporte da produção de café (Sul) e açúcar (Nordeste). Nos primeiros anos do século XX, o governo federal incentivou a construção de estradas de ferro no nordeste do país como forma de integrar as regiões e diminuir as calamidades da seca. Nesse período, essa região era identificada como área-problema devido, especialmente, ao fenômeno da seca e suas consequências socioeconômicas. O governo central, no sentido de diminuir esses efeitos, promoveu políticas públicas, dentre as quais a criação da Inspetoria das Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, sendo transformada em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Essas ações governamentais privilegiavam a construção de açudes, poços, estradas, ferrovias etc. (VIDAL, 2007).

A estrada de ferro era sinônimo de progresso

em todo o país e o Piauí não poderia ficar fora desse ideal, ocorrendo o aparecimento de vários projetos voltados para a construção de trechos ferroviários, interligando as regiões produtoras aos mercados consumidores, como as que ligariam as cidades de Petrolina (PE) a Teresina (PI), São Luís (MA) a Teresina, Crateús (CE) a Teresina e esta cidade a Amarração (atual cidade de Luís Correia¹).

A história da implantação dos primeiros trilhos ferroviários em território piauiense é marcada por muitas dificuldades, como a falta de recursos financeiros para a conclusão de trabalhos que exigiam elevada soma de capitais. Nas mensagens governamentais dos primeiros anos do século XX, têm-se referências a projetos de melhoramentos na infraestrutura urbana e nos transportes e comunicação. Acerca dos transportes, os governos estadual e federal desejavam dotar o Estado de elementos materiais de maior envergadura, como o Porto de Amarração e as estradas de ferro. As ferrovias eram apontadas como fator de progresso, pois diminuiriam as distâncias e facilitariam o intercâmbio comercial entre as cidades do interior do Piauí, “um dos poucos Estados da União que não têm ainda seu solo cortado por uma linha férrea” (CORREIA, 1906, p. 3).

Nos primeiros anos da República, o Piauí não possuía um palmo de estradas de ferro